

INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL: O PAPEL DE EDUCADOR E A ÉTICA

Bruno Gonçalves Carneiro

UFT, Câmpus de Porto Nacional

Newton da Rocha Nogueira

IFG, Câmpus de Anápolis

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir especificidades da atuação do interprete educacional, focalizando-o como mais um dos educadores no contexto de formação escolar de alunos surdos. Um dos autores deste artigo, em atuação como intérprete educacional numa instituição particular de ensino básico, fez anotações de momentos em que o aluno surdo interrompia a interpretação. Observamos que a interrupção da interpretação é diária, por solicitação do aluno surdo, para conversar sobre assuntos dos mais diversos. A linguagem é uma atividade constitutiva do ser humano e no contexto da educação inclusiva, o aluno surdo interage de forma mais sistemática apenas com o intérprete (LACERDA, 2009, 2012). De acordo com as anotações, houve momento em que o interprete iniciou conversa, o que evidencia uma relação próxima entre os envolvidos. O intérprete educacional deve ser ciente de seu papel enquanto educador, pertencente à rede de trocas simbólicas que o aluno estabelece. Importante também, que em sua formação, haja discussões envolvendo representações sobre a surdez, de forma a termos profissionais coerentes com a perspectiva surda, longe de práticas colonizadoras (LANE, 1992).

Palavras-chave: intérprete educacional, aluno surdo, inclusão, educador.

Introdução

Conquistas importantes da comunidade surda brasileira, como a lei 10436/02 e o decreto 5626/05, possibilitam os surdos exercerem a sua cidadania a partir da perspectiva surda, usufruto que perpassa pela língua de sinais. Dentre tais conquistas, está a presença do intérprete de libras em diversos espaços em que haja participação do surdo, garantindo assim acesso às informações e formação.

A partir de políticas públicas de acessibilidade, o Brasil vivencia uma demanda por tradutores/ intérpretes de libras, principalmente em escolas inclusivas, ora escassos em todos os Estados da federação. Isso faz com que a maioria destes profissionais sejam formados em serviço. Ou seja, o Brasil apresenta uma necessidade urgente em construir a identidade/

atribuições do tradutor/ intérprete de libras no contexto educacional, principalmente por aí surgirem demandas provenientes das especificidades linguístico-culturais da comunidade surda e da complexidade que envolve a inclusão de alunos surdos.

A relação do intérprete com o alunato surdo é algo prolongado, constante e de proximidade. Neste contexto, a atuação do intérprete apresenta características específicas, assemelhando a de um educador. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir especificidades da atuação do intérprete educacional, focalizando-o como mais um dos educadores no contexto de formação escolar de alunos surdos, a partir das trocas simbólicas entre aluno e intérprete.

O intérprete educacional

O movimento mundial para a Educação Inclusiva, que teve seu marco com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1996) objetiva proporcionar uma educação para todos. Nesse sentido, todas as minorias que eram excluídas, sem participação social e educação, agora tem na escola regular, uma oportunidade de acesso ao conhecimento. A escola inclusiva passa a ser a escola das diferenças.

O grande desafio da escola inclusiva é respeitar a diferença surda em produzir conhecimento e significar o mundo. Ser surdo é se constituir de uma forma legítima de se posicionar, a partir da diferença surda (PERLIN, 2003, PERLIN; REIS, 2012). Essa organização, certamente, perpassa pelo respeito e prestígio das línguas sinalizadas, oportunizando à libras o seu papel que lhe é de direito, como língua natural, indispensável na aquisição de conhecimento.

É a língua, como sistema de signos, que permite a interação entre os indivíduos e o partilhar de uma mesma cultura. É também pela linguagem e na linguagem que os conhecimentos são construídos, pois ao partilharem um sistema de signos constitutivos de uma língua, estes sujeitos podem, além de desenvolverem uma compreensão mútua, colocar em circulação os múltiplos sentidos presentes na linguagem, configurando, assim, a polissemia constitutiva desta. É também pela linguagem que as categorias conceituais podem ser construídas, organizando suas experiências, numa atividade mediadora entre os sujeitos e os objetos do conhecimento (LACERDA; LODI, 2009).

Diante do desafio em proporcionar à libras o papel de construtora de conhecimento, imaginemos um aluno surdo adentrando numa escola inclusiva. Ao chegar à instituição, ele percebe que os profissionais da portaria não dominam a sua língua. Na sala de aula, percebe que os colegas de turma também não dominam a sua língua. A professora não é fluente em sua língua. Ela ministra sua aula numa língua que a criança surda não tem acesso de forma

natural e espontânea. O material didático não está organizado em sua língua. A verificação de conhecimento é realizado numa língua que não é a da criança. Direção, coordenação, supervisão e demais profissionais da instituição de ensino não dominam a língua dela. Este é o quadro da maioria das escolas em cidades pequenas, fazendo com que o alunato surdo tenha prejuízo em suas trocas simbólicas, quando comparado aos alunos ouvintes. A situação se agrava mais quando o surdo é o único da organização. O intérprete de libras passa a ser um dos poucos que interage efetivamente com a criança surda. Na escola inclusiva, organizada para a maioria (alunos ouvintes), a língua de sinais desempenha um papel de coadjuvante na educação. Nas palavras de Stumpf (2009),

[e]ntre nós, a inclusão, no caso dos surdos, só está acontecendo no papel. Na realidade das escolas eles continuam excluídos. Em muitos lugares professores surdos estão sendo chamados a colaborar com a educação de seus pares, desde que sejam só professores de Libras e de que se subentenda que a Língua de Sinais deve ser “só para ajudar” aquele aluno deficiente a compreender “um pouco” daquilo que os outros estão construindo e aprendendo (STUMPF, 2009, p. 434).

De acordo com Quadros (2004), o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de libras na educação. Todavia, o papel do intérprete neste contexto ainda é pouco claro tanto para as próprias pessoas que atuam como intérpretes, como para aquelas que trabalham no espaço escolar. A atuação do intérprete educacional apresenta características específicas, assemelhando a de um educador (LACERDA, 2009, 2012, 2013, LACERDA; BERNARDINHO, 2012).

O aluno, nas séries iniciais de sua vida escolar, está construindo aspectos fundamentais de sua identidade e socialização. Por isso, a relação do intérprete com o aluno surdo é diferenciada. Há também a ser considerado o atraso no desenvolvimento da linguagem e conseqüente defasagem na aquisição de conhecimentos em geral, considerando que a maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes (LACERDA; BERNARDINHO, 2012).

Para Lacerda (2009, 2012, 2013) e Lacerda e Bernardino (2012), em sala de aula, muitas vezes, o intérprete assume a postura de um educador, colaborando na construção de sentidos e esclarecendo pontos sobre o conteúdo. Em alguns momentos, atende a demandas pessoais do aluno. Isso acontece porque o espaço educacional tem peculiaridades que precisam ser consideradas. A idade das crianças influencia bastante no trabalho e postura do intérprete. Com alunos mais novos, o intérprete acaba trabalhando também na construção da língua e de conceitos do que apenas na interpretação do discurso dos professores. Alunos mais velhos têm

seus processos pessoais mais consolidados e demonstram conhecer o papel do professor e do intérprete.

Mas, ainda de acordo com as autoras, a educação do aluno surdo não pode recair sobre o intérprete, já que seu papel principal é de interpretar. Por isso, a inserção de um intérprete de língua de sinais em sala de aula não garante que outras necessidades da pessoa surda sejam contempladas. A questão do intérprete não assegura questões metodológicas, currículo, avaliação, a circulação da língua de sinais e de aspectos culturais da comunidade surda no ambiente escolar.

Metodologia

Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico (SERRANO, 1998, LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Um dos autores deste artigo, em atuação como intérprete educacional numa instituição particular de ensino básico, no ano de 2013, durante uma semana, fez anotações de momentos em que o aluno surdo interrompia a interpretação para conversar sobre assuntos dos mais diversos, sem relação com direta com o assunto da aula. A partir desse levantamento, discutimos a atuação do intérprete educacional para além das palavras, relacionando suas atribuições neste contexto em específico, bem como aspectos relacionados à formação profissional e a ética.

Resultados e discussão

Através das anotações, o intérprete observa que a interrupção da interpretação é diária, por solicitação do aluno surdo. O aluno interrompe a interpretação e inicia um diálogo para discutir assuntos dos mais diversos. Dentre os assuntos estão uso de suplementos na alimentação, consultas odontológicas, carreira profissional de pessoas da família, semelhança física entre colegas da turma, solicitação de opinião do intérprete sobre determinados conflitos familiares, dentre outros. De acordo com Lacerda e Lodi (2009) a linguagem é uma atividade constitutiva dos sujeitos humanos. É nela, por ela e com ela que nos tornamos humanos, nos apropriamos da cultura circundante e temos acesso ao conhecimento. É nela em que as relações sociais são construídas, em que há interação, compreensão mútua, organização das experiências e categorização do mundo. E no contexto da educação inclusiva, o aluno

surdo é usuário de uma língua que nenhum companheiro ou professor efetivamente conhece, sua troca simbólica mais sistemática se dá praticamente com o intérprete de libras, por conhecer sua língua (LACERDA, 2009, 2012, 2013).

É neste contexto que as crianças surdas buscam as intérpretes para conversar sobre assuntos pessoais, comentar dúvidas, contar coisas vivenciadas, já que é esse adulto que no espaço escolar é seu interlocutor fluente e pode compreender melhor suas questões e dialogar com elas. No ambiente investigado, as intérpretes convivem todo o tempo com as crianças, e se criam entre eles vínculos fortes que não podem ser negligenciados (LACERDA, 2009, p. 68).

Diante dessas especificidades, Rampinelli e Silva (2012) reforçam o caráter de educador do intérprete no contexto escolar, visto sua importância na construção e apropriação de conhecimentos por parte dos alunos surdos. Nesse sentido as autoras defendem que o intérprete educacional deve ter ciência de aspectos didáticos e pedagógicos que envolvem a sala de aula, devido seu caráter singular.

Interessante observarmos que, ainda de acordo com as anotações, houve momento em que o intérprete iniciou conversa (sem interromper a interpretação) cujo tema fugia do contexto de assunto em sala de aula, o que evidencia uma relação próxima e prolongada entre os envolvidos. Sendo o intérprete educacional um educador, um profissional a mais que atua na formação do aluno surdo, suas posições devem ser convergentes nesse sentido, de forma a evitar práticas colonizadoras¹.

Considerações finais

Consideramos que o intérprete educacional deve ser ciente de seu papel enquanto educador, pois pertence à rede de trocas simbólicas que o aluno estabelece, como fonte de uma educação não formal para o educando. Importante também, em sua formação, discussões envolvendo representações sobre a surdez, de forma a termos profissionais coerentes com a perspectiva surda, longe de práticas colonizadoras (LANE, 1992).

¹ De acordo com Lane (1992), a representação sobre o ser surdo diante do olhar etnocêntrico ouvinte assemelha ao do colonizador sobre o colonizado. No colonialismo, a língua do colonizador é a única possível, plena e completa. O modo de vida e os costumes do colonizador são os adequados; a sua forma de significar o mundo constitui a normalidade. Desta maneira, há uma única forma viável de se constituir. Em oposição, a língua, os costumes e a forma de se posicionar no mundo do colonizado são decalcados, inferiores e primitivos. As línguas dos “inferiores” são proibidas, perseguidas e desestimuladas. Infelizmente posturas colonizadoras ainda permeiam práticas sociais envolvendo surdos e ouvintes. Nessa relação de poder entre surdos e ouvintes, as línguas de sinais são prejudiciais, os surdos são párias da sociedade, destituídos de cultura e identidade. Cabe aos ouvintes a responsabilidade de “salvar” os surdos, trazê-los à civilidade ouvinte, à língua oral, aos costumes e modo de ser ouvinte.

Pouco ainda se discute sobre a atuação do intérprete educacional, principalmente em relação à sua formação. Se as crianças surdas ficam aquém do processo de trocas simbólicas, comparadas aos demais alunos ouvintes no contexto da educação inclusiva, é fundamental que seja assegurado a presença de profissionais tradutores/ intérpretes de libras de qualidade, cientes destes aspectos e de suas atribuições.

Conforme Rampinelli e Silva (2012), o despreparo de muitos dos intérpretes educacionais tem acarretado na manutenção de uma visão equivocada da atuação deste profissional no contexto escolar. Assim, é necessário discutir suas atribuições enquanto educador, envolvendo questões éticas e as especificidades linguístico-culturais da comunidade surda.

Referências bibliográficas

LANE, Hane. **A máscara da benevolência**. A comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LACERDA, C. B. F. O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L.; TESKE, O. (Orgs). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Editora Mediação, 6ª edição, 2013. p. 120-128.

LACERDA, C. B. F. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In: LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D.; FERNANDES, E. Letramento, bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre: Editora Mediação. 2012. p. 247-288.

LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C.. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LODI, A. C.; LACERDA, C. B. F. (Org.) **Uma escola duas línguas**. Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 1º edição. 2009. p. 11-32.

LACERDA, C. B. F.; BERNARDINO, B. M. O papel do intérprete de língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. In: LODI, A. C.; LACERDA, C. B. F. (Org.) **Uma escola duas línguas**. Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 1º edição. 2009. p. 65-80.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1º edição. 2009.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: _____. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1989, p. 11-24.

PERLIN, G.; REIS, F. Identidades surdas: o identificar do surdo na sociedade contemporânea. In: PERLIN, G. STUMPF, M. (Org.). **Um olhar sobre nós surdos**. Leituras contemporâneas. Curitiba: Editora CRV, 1º edição. 2012. p. 21-28.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 3ª edição. 2005. p. 51-74

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/ SEESP, 2003.

RAMPINELLI, L. C.; SILVA, S. S. **(Re)definindo a atuação do intérprete educacional de libras-português**. Anais do III Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

SERRANO, G. P. **Investigación cualitativa**. Retos e interrogantes: I métodos. Madrid: Editorial La Muralla, S. A., 1998.

STUMPF, M. R. A educação bilíngue para surdos: relatos de experiência e a realidade brasileira. In: QUADROS, R.M.; STUMPF, M. R. (Org.). **Estudos Surdos IV**: Série de Pesquisas. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009. p. 426-451.